



XVII ENANPUR

SÃO PAULO • 2017

Palmas, a última capital planejada do século XX: resgate de uma parte da história do urbanismo brasileiro pouco conhecida

Palmas, the last planned capital city in 20th century: rescue of part of a little-known Brazilian urbanism story

Ana Beatriz Araujo Velasques¹, Universidade Federal do Tocantins, biavelasques@uft.edu.br

Vera Lucia Ferreira Motta Rezende², Universidade Federal Fluminense, vrezende1234@gmail.com

Antonio Avelardo Filgueira dos Santos Junior³, Universidade Federal do Tocantins, antonio.filgueira@outlook.com

¹ Arquiteta e Urbanista (UFF), Mestre em Planejamento Urbano e Regional (UFRJ), Doutora em Urbanismo (UFRJ)

² Arquiteta e Urbanista (UFRJ), Mestre em Planejamento Urbano e Regional (UFRJ), Doutora em Urbanismo (USP)

³ Estudante de Arquitetura e Urbanismo (UFT).

RESUMO

Como resultado do estágio de pós-doutoramento realizado no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, este artigo traz os percursos teórico-metodológicos que subsidiaram o resgate e a divulgação da documentação relativa ao acervo da construção de Palmas, capital do estado do Tocantins, no final da década de 1980. Para além da recuperação de diferentes tipos de registros, o objetivo principal da pesquisa reside na tentativa de evocar a memória da cidade como um conceito fundamental, não apenas no sentido de entender a dinâmica de processos passados, mas principalmente, de buscar a sua individualidade, isto é, de que maneira Palmas sintetiza a relação entre o geral e o particular e constitui-se em uma das mais relevantes experiências do urbanismo brasileiro no século XX. Entretanto, esta condição é majoritariamente desconhecida do grande público, uma vez que tem se mantido à sombra de projetos de novas cidades capitais histórica e amplamente difundidos, como Goiânia e, sobretudo, Brasília. Pouco mais de duas décadas após a concepção do projeto de Palmas, é possível afirmar que seu acervo documental representa preciosa fonte primária, e sua difusão contribuirá para a produção do conhecimento e a (re)construção de parte importante da história do urbanismo.

Palavras Chave: Cidade; Memória; Urbanismo; Palmas.

Abstract

As a result of visiting scholar research at the Graduate Program in Architecture and Urbanism at the Fluminense Federal University, this paper provides the theoretical and methodological courses which supported the rescue and dissemination of Palmas construction collection, the capital of Tocantins state, in the end of 80's. In addition to the recovery of different types of records, the main objective of the study lies in the attempt to evoke city heritage as a key concept, not only in order to understand the dynamics of past processes, but mainly to seek their individuality, that is, how Palmas summarizes the relationship between the general and the particular and becomes one of the most important experiences of the Brazilian urbanism in the 20th century. However, this condition is largely unknown to the main public, as it has remained in the shadow of important and historical projects of new capital cities in Brazil, as Goiania and especially, Brasilia. Just over two decades after the conception of Palmas, it is possible to say that its collection represents a precious primary source and its diffusion will contribute to the production of knowledge and the (re)building of part of the history of Brazilian urbanism.

Keywords: City; Heritage; Urbanism; Palmas.

INTRODUÇÃO

Inicialmente, convidamos o leitor a imaginar a seguinte cena: uma grande cruz de madeira, construída com árvores da vegetação nativa, é colocada em um altar improvisado, erguido em uma área descampada. Ao redor, aglomeram-se várias pessoas, dentre as quais membros de diferentes grupos indígenas, que aguardam a celebração religiosa, sem conseguir disfarçar no olhar um misto de curiosidade e espanto. De imediato, poderíamos concluir que se trata de parte do relato da primeira missa celebrada no Brasil, por ocasião da chegada da expedição do navegador português Pedro Álvares Cabral à “nova terra”, em 1500, cuja celebração foi eternizada de forma idealizada por Victor Meireles, em 1860.

No entanto, ao prosseguir com a descrição da cena, é importante ressaltar que, além de índios, o evento igualmente contou com a participação de inúmeros integrantes do cenário político, sejam vereadores, deputados, senadores, prefeitos e governadores, que se destacavam na multidão que se formara, com pessoas procedentes de “todos os cantos”. Estaríamos, então, nos referindo à primeira missa realizada em alusão ao início da construção da nova capital federal, Brasília, em 1957?

De fato, a cruz de madeira estava lá, fincada no altar; milhares de pessoas, de diferentes origens, etnias e lugares, presenciaram a celebração da primeira missa como um importante ato simbólico. No final da década de 1980, também em pleno cerrado brasileiro, era celebrada novamente uma “primeira missa”, que embora pouco conhecida em âmbito nacional, buscava se assemelhar às antecessoras em todos os detalhes. Afinal, simbolizaria, da mesma forma, o início de um novo momento: a construção de uma “nova cidade”, que seria a capital do Tocantins, o mais “novo” estado da federação. Assim, em 20 de maio de 1989, surgia Palmas, a última capital planejada do século XX (Ver Figura 01). Mas, para além dessas semelhanças com outros momentos emblemáticos da história brasileira, muito pouco se sabe sobre o processo de concepção e, de modo mais aprofundado, o significado do projeto de Palmas para o Urbanismo brasileiro.

Figura 01: Painel com fotografias do dia do lançamento da pedra fundamental da capital do Tocantins.

Como resultado do estágio de pós-doutoramento realizado no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense⁴, de novembro de 2015 a outubro de 2016, a investigação do tema proposto busca preencher importante lacuna no que tange à pesquisa sobre novas capitais criadas no mundo pós-Brasília, bem como em relação à escassez de trabalhos dessa natureza sobre história das cidades e do urbanismo na Região Norte do Brasil, isto é, no contexto da Amazônia Legal e sua importância, que transcende as questões exclusivamente ambientais. Sob este prisma, a criação de Palmas (1989) a partir de um projeto físico de implantação *ex nihilo*, isto é, sem história precedente, ganha evidência, impulsionada pelas características específicas de cidade planejada e extremamente recente, ao mesmo tempo em que se configura em um importante laboratório de observação sobre os distintos modos de apropriação a que esse “novo espaço urbano” tem sido submetido ao longo de pouco mais de duas décadas de existência. Nestes termos, cumpre mencionar que o momento histórico de elaboração do projeto de Palmas no Brasil e no mundo encerra especificidades que agregam interesse ao estudo. Com efeito, o final da década de 1980 encerra um período extremamente conturbado nas dimensões política e econômica, de transição cultural e artística, de quebra de paradigmas epistemológicos para a ciência e, ainda, de importantes discussões sobre como planejar e intervir nas cidades, protagonizadas, no caso brasileiro, pelos desdobramentos do Movimento Nacional pela Reforma Urbana e a proposta do Estatuto da Cidade, além dos primeiros contatos com a “nova” visão de planejamento urbano oriunda dos “planos estratégicos empresariais”.

Sob esta perspectiva, o presente artigo discute os percursos teórico-metodológicos que subsidiaram o resgate e a divulgação da documentação relativa ao acervo da construção de Palmas, capital do estado do Tocantins, no final da década de 1980. Para além da recuperação de diferentes tipos de registros, o objetivo principal da pesquisa reside na tentativa de evocar a memória da cidade como um conceito fundamental, não apenas no sentido de entender a dinâmica de processos passados, mas principalmente, de buscar a sua individualidade, isto é, de que maneira Palmas sintetiza a relação entre o geral e o particular e constitui-se em uma das mais relevantes experiências do urbanismo brasileiro no século XX. Entretanto, esta condição é majoritariamente desconhecida do grande público, uma vez que tem se mantido à sombra de projetos de novas cidades capitais histórica e amplamente difundidos, como Goiânia e, sobretudo, Brasília. Pouco mais de duas décadas após a concepção do projeto de Palmas, é possível afirmar que seu acervo documental representa preciosa fonte primária, e sua difusão contribuirá para a produção do conhecimento e a (re)construção de parte importante da história do urbanismo.

EM BUSCA DA MEMÓRIA DAS CIDADES NO “PAÍS DAS IMPERMANÊNCIAS”: O PAPEL DO URBANISMO E O PROJETO DE PALMAS

Durante aproximadamente um século, a sociedade brasileira assistiu à construção e consolidação de um forte ideário discursivo, *pari passu* a um conjunto significativo de intervenções, assentados na necessidade de se apagar as marcas negativas do passado, que remetiam à escravidão, à dependência econômica, enfim, ao atraso, a partir da disseminação de valores e práticas de transformação e de modernização, seja do Estado, seja do *locus*, por excelência, de reprodução das forças políticas, econômicas e sociais, qual seja, o espaço urbano. Nestes termos, o período de

⁴ A pesquisa desenvolvida no âmbito do estágio pós-doutoral contou com o apoio do CNPq.

1870 a 1980 foi marcado, dentre outros aspectos, pela multiplicação de planos – chamados de diretores, de expansão, de urbanização ou de urbanismo (FERNANDES, 2014) que, em diferentes escalas de atuação, buscou, criar a imagem do Brasil como “país do futuro”, a partir de diretrizes calçadas na hipervalorização do “novo” e da busca incessante pelo “progresso”.

Essa orientação é fundamental para entender as razões que conduziram à progressiva degradação e, não raro, ao desaparecimento de expressiva parte do conjunto material e imaterial que compõe o patrimônio histórico no Brasil. Abreu (1998) lembra corretamente que, se hoje ainda resistem alguns vestígios do passado no Brasil, tal fato deve-se muito mais ao longo período de decadência econômica observado em algumas cidades, como Ouro Preto, Salvador, Goiás e Olinda, do que propriamente a políticas efetivas de preservação.

Não por acaso, esse secular descaso com o patrimônio histórico, aliado à supremacia do “novo” para a construção do “país do futuro”, ajudou a criar, particularmente entre os europeus, uma outra imagem do Brasil, associada à impermanência das coisas em nossa sociedade.

É preciso reconhecer, no entanto, que a partir da década de 1980, assistimos a uma gradativa reorientação das políticas públicas de intervenção nas principais cidades brasileiras, sobretudo no tocante à valorização do patrimônio histórico – ainda que sob a égide da restauração de construções/monumentos direcionados prioritariamente ao consumo turístico, cujo foco principal é a prevalência da forma sobre a função. Seja como for, em relação à nossa frágil memória institucional, ainda temos um longo caminho a percorrer.

Neste sentido, a história se propõe como uma inscrição duradoura no tempo, a fixar os acontecimentos pela narrativa escrita e a dotá-los de permanência, no plano da coerência de um enredo e da atribuição de significados (PESAVENTO, 2005). E é neste intento que a memória, como uma marca emblemática de historicidade, traz para o debate um importante elemento: as suas diferentes formas de registro. As memórias, sejam individuais ou coletivas, carregam o pequeno milagre e a alegria do reconhecimento, como lembra Ricoeur (2000), traduzido no ato de confiança frente à imagem evocada.

Então, como se daria este processo na cidade, definida como uma unidade de espaço e tempo, e onde nos propusemos a ver como a história se apropria da memória para recuperar traçados, vivências e materialidades? Recuperar a cidade do passado implica, de uma certa forma, não apenas registrar lembranças, relatar fatos, celebrar personagens, reconstruir, reabilitar ou restaurar prédios, preservar materialmente espaços significativos do contexto urbano. Todo traço do passado pode ser datado através do conhecimento científico, ou classificado segundo um estilo preciso, mas o resgate do passado implica em ir além desta instância, para os domínios do simbólico e do sensível, ao encontro da carga de significados que esta cidade abrigou em um outro tempo (PESAVENTO, 2005). Assim, entre monumentos e documentos, o individual e o coletivo, o particular e o geral, o discurso e a prática, tecem-se as relações que nos ajudam a construir a memória das cidades.

No caso do presente artigo, a pesquisa em destaque assume outra particularidade, qual seja, o resgate da memória de uma cidade extremamente jovem, com pouco mais de duas décadas de existência, cujo ponto de partida é, precisamente, o seu projeto de urbanismo – o “marco zero” de Palmas, capital do Tocantins. Para tanto, ao longo de cinco anos foram recuperados, identificados, digitalizados e disponibilizados no site www.memourbpalmas.org os registros encontrados sobre a concepção do projeto de Palmas, bem como foram elaborados artigos sobre essa reconstrução,

com apoio dos alunos da Universidade Federal do Tocantins, dos co-autores do projeto da capital, arquitetos Luiz Fernando Cruvinel e Walfredo Antunes de Oliveira Filho, além do suporte da Prefeitura de Palmas, do Programa de Iniciação Científica da Universidade Federal do Tocantins e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Assim, conhecer com maior profundidade e difundir os princípios urbanísticos que originaram a nova capital em seu contexto específico torna-se fundamental para melhor apropriação da cidade pelos seus moradores, ao mesmo tempo que recupera e revaloriza os vínculos entre o projeto e o processo de urbanização decorrente.

Quanto à fundamentação da pesquisa, na busca pela compreensão e delimitação da problemática, encontramos em Secchi (2006) uma síntese precisa dessa complexa tarefa. Para o referido autor, "(...) é difícil separar o aspecto concreto de uma transformação [ou criação urbanística] dos argumentos propostos para justificá-la, das intenções que presumivelmente a impulsionaram, da cultura, das imagens, da crença e tradições, a partir das quais várias decisões de transformação [ou criação] tomaram forma." (SECCHI, 2006, p.18).

Esta perspectiva também é compartilhada por Lacaze (1992), para quem a atividade do urbanismo busca prioritariamente um planejamento intencionado, que se conjuga a uma experiência histórica amadurecida e a uma orientação ideológica bem definida. Nesse percurso, o problema político-ideológico da cidade diz respeito precisamente a um problema de escolha a qual é tornada realidade através da própria ideia de cidade, ou seja: a história das cidades ideais e das utopias urbanas. Complementando, Argan (1998) reitera que "sempre existe uma cidade ideal dentro ou sobre a cidade real, distinta desta como o mundo do pensamento o é do mundo dos fatos (...) a chamada cidade ideal nada mais é que um ponto de referência em relação ao qual se medem os problemas da cidade real." (LACAZE, 1992, p.73).

Por conseguinte, a definição do *corpus* teórico do presente projeto alia-se, inegavelmente, à relação do urbanismo com os projetos para novas capitais. Nestes termos, cumpre sublinhar a contribuição de Rezende (2002), para quem "um projeto de cidade está vinculado historicamente àquela sociedade, naquele momento" (REZENDE, 2002, p. 257) que retrata seu aspecto ideológico através da incessante "(...) busca da cidade ideal, sem problemas físicos ou sociais, [que] é apresentada como uma possibilidade real desde que sejam seguidas as proposições de caráter físico". (REZENDE, 2002, p.260)

No âmbito estrito da origem das novas capitais, desde as intenções políticas e econômicas preliminares até o desenho que ditará o controle de um espaço natural e seu arranjo formal pensado para abrigar todas as funções urbanas, o ato de decidir como milhares de pessoas irão viver a partir de sua fundação revela uma das facetas do "urbanismo como um ato de poder". O desenho de origem de uma nova cidade (projeto), conjuntamente com o seu controle futuro (planejamento), encerram duas ações implícitas ao domínio das transformações do território que suporta a sociedade e suas relações. As novas cidades, ou cidades-capitais criadas a partir de projetos urbanísticos, possuem suas origens datadas – sem história urbana precedente – e seus habitantes buscam se ajustar ao seu desenho, previamente estabelecido pelo(s) seu(s) autor(es).

Todavia, a complexidade das demandas inerentes ao projeto de uma nova cidade que correspondem à organização do trabalho, da produção, higiene, conforto; à moralidade da habitação; às manifestações da vida política e cultural, intelectual e física; à conservação de certos valores tradicionais, enfim, são exigências independentes e até contraditórias entre si, a ponto de não serem passíveis de conciliação, salvo por compromisso. "Mas, sobre a mesa do urbanista, cada

uma delas se reduz a valores de espaço e somente recorrendo a uma concepção espacial unitária encontram um denominador comum” (ARGAN, 1983, p.85)

Um dos principais problemas do urbanismo suscitado por Lacaze (1992) reside “(...) no momento em que alguém, com ou sem razão, estima ser necessário iniciar ou provocar uma ação para transformar (ou criar) os modos de utilização do espaço e chegar a uma ‘situação julgada preferível’ [ou desejável]” (LACAZE, 1992, p. 12). E complementa: “(...) a maneira de efetuar as escolhas e, conseqüentemente, os critérios de decisão, são centrais e fundadores da especificidade de uma conduta de urbanismo” (LACAZE, 1992, p. 12). Tal “conduta de urbanismo”, nada mais significa que a postura ideológica pessoal e profissional que o urbanista adota para si próprio.

Em complemento, cumpre frisar que a elaboração de projetos para novas cidades-capitais compreende uma das atividades mais antigas do urbanismo, cujo intuito maior é a definição física da organização espacial de uma cidade – ainda que não seja uma cidade qualquer – pois trata-se da criação de um espaço administrativo com a finalidade de abrigar o centro do poder político e econômico de um país ou determinada região, impondo-lhe uma imagem com forte identidade e estabelecendo localizações e comunicações. Neste caso, para efeito de entendimento do conceito de cidade-capital, destacamos as definições de Mumford (1991) e Argan (1983):

[a cidade-capital] apresenta-se como uma estrutura especialmente equipada para armazenar e transmitir os bens da civilização e suficientemente condensada para admitir a quantidade máxima de facilidades num mínimo de espaço, mas também capaz de um alargamento estrutural que lhe permite encontrar um lugar que sirva de abrigo às necessidades mutáveis e as formas mais complexas de uma sociedade crescente e de uma herança social acumulada (MUMFORD, 1991, p.38);

A capital, — transcendendo o antigo caráter municipal —, torna-se [na era Moderna] o centro político do Estado nacional unificado por uma soberania crescentemente absolutista que implica a conjugação com seu corpo, territórios submetidos a seu comando (ARGAN, 1983, p. 30).

Sobre o debate em questão, Galantay (1975) ganha destaque ao explorar o tema específico das “novas cidades-capitais”. Para o autor, novas cidades são “comunidades criadas conscientemente em resposta a objetivos claramente formulados” (GALANTAY, 1975, p.15). A criação destes espaços urbanos é entendida em consonância com os demais citados, como “atos de poder”, fruto de decisões, pressupondo a atuação de uma autoridade ou organização forte que reúna os recursos necessários e exerça um controle da sua ocupação.

A capital possui uma importância que não pode ser medida apenas pelo volume de comércio ou indústria, por sua extensão territorial ou PIB como geralmente cabe às cidades em geral, mas como cabeça pensante da região ou do país onde seus problemas, suas aspirações, seus projetos – sejam eles “sonhadores” ou “realistas” – bem como as vicissitudes de sua vida multiforme interessam a toda sociedade política que se reflete neste espaço. A capital, portanto, encerra um instrumento político por excelência (PENNA, 1958). A mudança ou a criação de uma nova capital constitui-se em um acontecimento que marca o destino de uma determinada sociedade.

No caso de Palmas, a estreita relação entre urbanismo e política constitui um exemplo emblemático. Esta relevância justifica-se duplamente, quer pela escala da experiência – o projeto de uma cidade, capital de estado – quer pela ausência de estudos que buscassem nos

recortes *espaço e tempo*, elementos que ajudassem a compreender os princípios que nortearam o projeto urbanístico original^[1]. Sob esta perspectiva, faz-se mister recuperar a conjuntura singular que influenciaria de modo marcante a formação dos autores do projeto urbanístico de Palmas.

No Brasil da década de 1950, vivia-se o apogeu dos ideais modernistas. Em plena sintonia com o discurso desenvolvimentista consolidado pelo governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), no qual o desenvolvimento era visto como sinônimo de superação da pobreza e modernização do espaço (LIMOEIRO, 1977; MACHADO, 2011), a construção da nova capital federal, Brasília, iniciada em 1957 e inaugurada em 1960, tornou-se um dos exemplos mais emblemáticos da materialização dos princípios modernistas estabelecidos na Carta de Atenas. Por extensão, os arquitetos responsáveis pelo projeto, Lucio Costa e Oscar Niemeyer, foram elevados à condição de ícones do modernismo na arquitetura e no urbanismo em escala mundial.

Em um contexto marcado pela difusão dos preceitos modernistas a partir do superdimensionamento da experiência de Brasília, teve início a formação dos arquitetos que, quase três décadas depois, seriam responsáveis pelo projeto de Palmas: Luiz Fernando Cruvinel Teixeira e Walfredo Antunes de Oliveira Filho. Nascido em Goiânia, no dia 13 de outubro de 1943, Luiz Fernando Cruvinel Teixeira foi, segundo suas próprias palavras, “bombardeado” pela arquitetura e pelo urbanismo ainda muito jovem, a começar pelo fato de viver em uma cidade-capital planejada no “meio do nada” (projeto original do arquiteto Atílio Correia Lima, de 1933), igualmente de influência modernista. Na adolescência, acompanhou de perto, e com grande entusiasmo, não apenas o crescimento da capital goiana, mas também a construção de Brasília e todo o ritmo frenético das obras monumentais sendo erguidas “nas terras vermelhas do cerrado”. Diante desse contexto singular, a opção pelo curso superior de arquitetura foi uma consequência “natural”, além de extremamente marcante: como não havia curso de arquitetura em Goiânia, ingressou na Universidade de Brasília (UnB) em 1962, onde fez parte da seleta geração de arquitetos que puderam vivenciar o auge da experiência de estudar “o modernismo na prática” (VELASQUES, 2010).

O arquiteto Walfredo Antunes de Oliveira Filho nasceu na cidade de São Paulo, em 1948, mas ainda na infância sua família mudou-se para Goiânia. Após alguns anos residindo no estado do Rio de Janeiro, Walfredo Antunes retornou à Goiás, e ao longo de toda a década de 1960, as referências a Goiânia e, em especial, a Brasília, tornaram-se cada vez mais intensas, fato que influenciou diretamente na escolha pelo curso de graduação em arquitetura na Faculdade Presbiteriana Mackenzie, na capital paulista, ainda no final da década de 1960, sendo o mesmo concluído na Universidade Católica de Goiás, em 1974. Neste mesmo ano, Luiz Fernando e Walfredo, juntamente com os arquitetos Walmyr Aguiar e Solimar Damasceno, fundaram o Escritório de Arquitetura GrupoQuatro, em Goiânia, que por três décadas destacou-se não apenas pela autoria de importantes projetos de arquitetura, mas sobretudo, pela atuação em projetos de urbanismo nos estados de Goiás e, posteriormente, no Tocantins, quando da sua criação em 1988^[2] (VELASQUES, 2010).

Cabe frisar que o trabalho desenvolvido pelo Escritório GrupoQuatro adquiriu importância e notoriedade na região, particularmente, pela combinação de uma dupla experiência acumulada dos arquitetos Luiz Fernando Teixeira e Walfredo Antunes, quais sejam, a atuação no serviço público e a realização de estudos de pós-graduação na Europa. Especialmente no decorrer das décadas de 1970 e 1980, tanto Luiz Fernando quanto Walfredo Antunes exerceram cargos executivos e de assessoria em destacados órgãos do governo do estado de Goiás nas áreas de

planejamento e desenvolvimento urbano, tornando-se responsáveis pela elaboração de inúmeros projetos de urbanismo, transportes e habitação, além de planos diretores para municípios goianos (VELASQUES, 2010).

Em adição a esta experiência, cumpre ressaltar a complementação da formação acadêmica dos supracitados arquitetos em nível de pós-graduação. Luiz Fernando realizou cursos de especialização em Estudos Tropicais, no final da década de 1960, e, posteriormente, em Planejamento e Desenho Urbano, no início da década de 1970, ambos na Architectural Association School of Architecture (AA); Walfredo Antunes, por sua vez, cursou mestrado em Planejamento Regional e Urbano na London School of Economics (LSE), no período de 1975 a 1980 (VELASQUES, 2010).

Essa experiência no campo acadêmico chama a atenção para a compreensão de dois fatos fundamentais, associados aos princípios adotados no projeto de Palmas. O primeiro deles diz respeito às instituições em tela – AA e LSE – duas das mais importantes referências de tradição no ensino superior, não apenas no cenário britânico, mas em todo continente europeu. O segundo refere-se à possibilidade singular de confrontação entre uma base de ensino em arquitetura modernista por excelência – associada aos cursos de graduação de ambos os arquitetos – e o já consolidado corpus teórico encontrado naquelas instituições, de cunho predominantemente crítico – bem como das experiências práticas desenvolvidas – com particular destaque para as *new towns* inglesas – assentadas em estudos que privilegiavam os debates sobre a amplificação do fenômeno da urbanização no mundo e o papel do planejamento diante dos desafios e da complexidade que se delineavam a partir da década de 1970 (VELASQUES, 2010).

Trazendo o esforço de contextualização para o Brasil da década de 1980, contata-se que este configurou-se em um período de transição, marcado por profundas transformações sociais. Na esteira do movimento pela democratização e de elaboração de uma nova Constituição, as discussões apontavam para a falência do modelo de centralização estatal na esfera do planejamento das cidades. Além disso, defendiam que o protagonismo deveria ser transferido aos próprios municípios, particularmente no que tange à elaboração de futuros planos diretores e de um maior engajamento dos diversos setores da sociedade civil. O foco principal, como não poderia ser diferente, era a metrópole brasileira^[3], síntese de toda sorte de mazelas advindas de décadas seguidas de um anti-planejamento que conduziu a um perverso processo de urbanização calcado, entre outras características, no aprofundamento da segregação sócio-espacial (MARICATO, 2004).

Enquanto isso, em pleno cerrado brasileiro, havia em curso um movimento emancipatório de caráter regional que culminou na divisão do estado de Goiás, cuja porção norte transformou-se no estado do Tocantins, oficialmente instituído a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. A criação do mais novo estado da federação implicou não somente na abertura de mais uma área de expansão da fronteira do capital em direção à Amazônia, mas também em uma espécie de “reedição da contradição entre o velho e o novo” (MACHADO, 2011), considerando a iniciativa do primeiro governador tocantinense eleito, José Wilson Siqueira Campos, de construir uma nova cidade para abrigar a capital.

Depois de Goiás celebrar a “nova” capital, Goiânia, e, posteriormente, o ápice vivido com a transferência da capital federal do Rio de Janeiro para a “moderna” Brasília, o governo do Tocantins, com base no resgate de discursos e representações que visavam acentuar a necessidade do “desenvolvimento”, do “progresso”, em oposição ao passado de miséria e

abandono, consolidou a proposta de se erguer uma cidade *exnihilo*, no centro do estado, como síntese do “novo” (MACHADO, 2011).

Para a elaboração do projeto da nova capital do Tocantins, o governo estadual não realizou concurso público, evidenciando o fato de que a construção de uma cidade capital encontra-se fortemente ancorada em uma decisão essencialmente política na sua origem, na qual a afinidade ideológica constitui fator determinante na escolha do profissional ou grupo de profissionais que levará a cabo a materialização da legitimação do poder político em um contexto específico (LACAZE, 1992).

Não por acaso, a experiência profissional e intelectual dos arquitetos Luiz Fernando e Walfredo Antunes à frente do GrupoQuatro, aliada à proximidade pessoal e ideológica com o governador Siqueira Campos e seu discurso, constituíram-se em elementos decisivos para a escolha do referido Escritório como responsável pela elaboração do projeto de Palmas.

REGISTROS DO PROJETO URBANÍSTICO DE PALMAS: O SEU TEMPO E O SEU ESPAÇO

A condição de “última capital planejada do século XX” e a dimensão adquirida do ponto de vista da extensão (escala) dos fenômenos sociais, políticos e culturais atrelados, assumem expressiva relevância e imprimem a necessidade da continuidade do desenvolvimento de novas pesquisas, comprometidas com a manutenção e disponibilização de informações, dados, registros (oficiais e não-oficiais), memórias dos seus habitantes, fotografias, pesquisas científicas e trabalhos acadêmicos, enfim, todo material que subsidie novas investigações e auxilie na preservação da história da cidade.

O resgate e a disponibilização dos registros do projeto de Palmas, por si só remete-se intrinsecamente à transferência e difusão dos conhecimentos gerados. Para tanto, buscamos parcerias com um dos autores do projeto de Palmas para através da Prefeitura subsidiar um Núcleo voltado para atender esse objetivo, que inda não se concretizou efetivamente, mas gerou o site www.memourbpalmas.org que disponibiliza todo acervo encontrado na Casa da Cultura da Prefeitura de Palmas, acervo particular do arquiteto Walfredo Antunes de Oliveira Filho, reportagens de jornais e revistas à época, entrevistas e trabalhos científicos de natureza diversa.

Cumprindo igualmente destacar que, de 2011 a 2012, o projeto de pesquisa obteve apoio financeiro da Prefeitura Municipal de Palmas, por meio de edital público destinado à digitalização das imagens disponíveis para consulta na Casa da Cultura, órgão que integra a Fundação Cultural de Palmas e concentra o principal acervo documental da capital tocantinense. Ao final do processo de digitalização, todo o material foi entregue em DVDs à direção da mencionada instituição, juntamente com o relatório final da pesquisa. Desta forma, os arquivos de imagem disponíveis no site possuem suas respectivas fontes originais devidamente registradas para fins de divulgação acadêmico-científica no âmbito do projeto.

As fontes que embasaram preliminarmente o trabalho referem-se ao “Relatório Técnico de elaboração do Projeto da Nova Capital do Tocantins, Palmas”, e o “Projeto da capital do Tocantins: Memória do Plano Básico”, ambos produzidos pelo Escritório GrupoQuatro em 1989. Nestes documentos encontram-se as principais informações sobre o partido urbanístico, estruturado a partir de uma proposta de macroparcelamento definido por um sistema viário hierarquizado e orientado pelos pontos cardeais junto aos elementos paisagísticos relevantes – a serra do Lajeado

a leste, e o rio Tocantins a oeste, ambos em paralelo ao sítio plano destinado à cidade – que setorizam quadras de aproximadamente 700 x 700 metros, organizadas segundo os usos prioritários, além de generosas áreas de preservação ambiental junto aos córregos que descem da serra em direção ao rio, acrescentando-se ainda a determinação de algumas diretrizes de planejamento da ocupação do espaço urbano futuro, voltadas para o controle da expansão e otimização dos custos relativos à implantação da infraestrutura, conforme as Figuras 2, 3, 4 e 5 (GRUPOQUATRO, 1989).

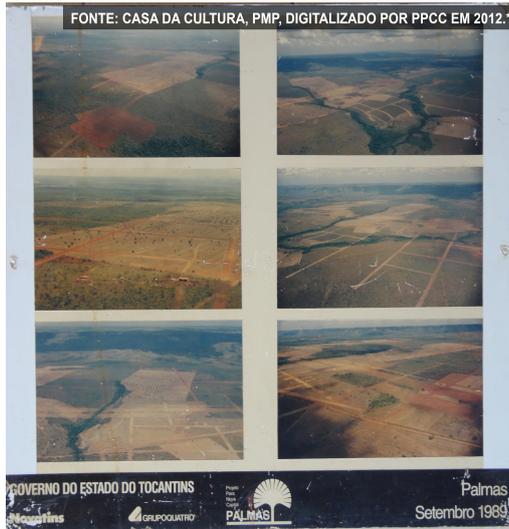


Figura 02: Imagem aerofotogramétrica do sítio de implantação da futura capital do Tocantins.

Figura 03: Planta topográfica da área de implantação de Palmas.

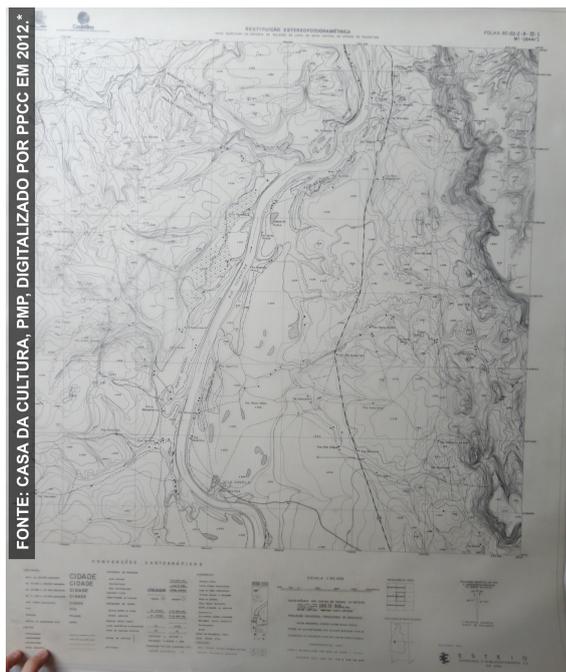


Figura 04: Painel com os estudos gráficos para localização da nova capital.

Figura 05: Painel com plano básico da cidade.

Uma vez implantada a rede básica de quadras por etapas, com base na abertura das vias arteriais, cada uma delas seria objeto de parcelamento interno próprio. Neste ponto, a questão da flexibilidade emerge novamente como um ponto de destaque, na medida em que possibilitaria uma variabilidade de soluções urbanísticas em cada caso, inclusive quanto aos tipos construtivos permitidos para as edificações (habitações uni e multifamiliares, bem como residências geminadas, seriadas ou isoladas), para as quais os projetistas deveriam considerar o tratamento dos limites, das franjas das quadras e suas relações e conexões com as próximas (GRUPOQUATRO, 1989).

Em relação à porção central das quadras, foram previstos equipamentos públicos básicos, como praças, escolas, centros comunitários e bibliotecas. Por sua vez, ao comércio e aos serviços de caráter vicinal, de afluência mais imediata e cotidiana da população, foram destinados os trechos mais ou menos regulares das vias coletoras. Assim, delineou-se a feição urbanística das quadras tipicamente residenciais, planejadas como unidades básicas de organização da vida na cidade (SEGAWA, 1991; TEIXEIRA, 2009).

Quanto à diretriz de ocupação da cidade em fases, que integra o conceito de viabilidade do projeto, os autores do plano estabeleceram o centro da cidade como a primeira área a ser adensada, cujo marco de delimitação seria o recorte espacial localizado no encontro dos dois principais eixos viários arteriais estruturadores, quais sejam, as Avenidas Teotônio Segurado (eixo norte-sul) e Juscelino Kubitschek (eixo leste-oeste). Essa primeira fase compreenderia um total de cem mil habitantes, que segundo estimativas dos autores, poderia ocorrer em um período de cinco a dez anos, dependendo do ritmo de crescimento. Somente então a segunda fase, de um total de cinco, seria deflagrada, em área imediatamente contígua à anterior (Ver Figura 6).

Figura 06: *Croquis das etapas de implantação da cidade propostas no Memorial. Fonte: GrupoQuatro, 1989.*

Para além destes dois documentos que apresentam oficialmente o projeto, no acervo do arquiteto Luiz Fernando Cruvinel, doado por ele à Prefeitura de Palmas, foram encontrados outros importantes registros, tais como: bases aerofotogramétricas, relatório de impacto ambiental para

implantação da cidade, projetos para as quadras da área central, projetos de mobiliário urbano, comunicação visual, projetos complementares, entre outros. O arquiteto Walfredo Antunes disponibilizou gentilmente seu acervo localizado no escritório e na sua residência, onde foram localizados os painéis originais de apresentação do projeto, maquetes físicas, além de estudos sobre outras cidades que serviram de repertório para a definição do partido. De modo complementar, foram realizadas pesquisas em Goiânia, no escritório ainda ativo do próprio GrupoQuatro, revistas e jornais da época, bem como a identificação de trabalhos acadêmicos e científicos, de âmbito nacional e internacional, incluindo-se os artigos produzidos pelo próprio grupo de pesquisa. Este acervo está disponibilizado no site “Palmas, memórias do urbanismo: documentação e pesquisa sobre a concepção urbanística de Palmas.”

CONCLUSÃO

O artigo ora apresentado deriva da pesquisa “Teorias urbanísticas e novas cidades: documentação e pesquisa sobre a concepção do projeto urbanístico de Palmas-TO”, bem como contempla parte dos produtos resultantes da atividade de estágio de pós-doutoramento realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense. Nesta perspectiva, destaca-se a análise da documentação e dos registros históricos associados à concepção do projeto urbanístico da capital do Tocantins, a partir de um aprofundamento teórico-metodológico fundamental, que visa subsidiar a criação de um “Núcleo de Registro, Documentação e Pesquisa sobre a Memória Urbana de Palmas-TO”. Esta proposta destina-se, sobretudo, ao fomento das atividades de ensino, pesquisa e extensão sobre a relevância e o significado da criação de uma nova cidade para abrigar a capital do mais jovem estado da federação, o Tocantins, a partir da produção de artigos, realização de seminários e, ainda, da atualização constante do site, que universalize o acesso a toda documentação existente – croquis, desenhos, plantas, publicações, leis, fotografias, bases cartográficas, relatórios oficiais, notícias de jornais e entrevistas.

Para além da recuperação de diferentes tipos de registros, este artigo pretendeu evocar a memória da cidade como um conceito fundamental, não apenas no sentido de compreender a dinâmica de processos passados, mas principalmente, de buscar a sua individualidade (ABREU, 1998), isto é, de que maneira Palmas sintetiza a relação entre o geral e o particular e constitui-se em uma das mais relevantes experiências do urbanismo brasileiro no século XX. Entretanto, esta condição é majoritariamente desconhecida do grande público, uma vez que tem se mantido à sombra de projetos de novas cidades capitais histórica e amplamente difundidos, como Goiânia e, sobretudo, Brasília. Pouco mais de duas décadas após a concepção do projeto de Palmas, é possível afirmar que seu acervo documental representa preciosa fonte primária, e sua difusão contribuirá para a produção do conhecimento e a (re)construção de parte importante da história do urbanismo.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Mauricio de Almeida. Sobre a memória das cidades. Território, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 5-25, jan./jun. 1998.
- ARGAN, Giulio Carlo. Projeto e destino. São Paulo: Ática, 1998. 334 p.
- FERNANDES, Ana (Org.). Acervo do EPUCs: contextos, percursos, acesso. Salvador: UFBA, 2014.

- GALANTAY, Eryvn. Nuevas Ciudades: de la antigüedad a nuestros días. Barcelona: Gustavo Gilli, 1975.
- GRUPOQUATRO. Memorial do projeto da capital do estado do Tocantins: Palmas/Plano Básico. Goiânia, 1989 (Mimeog.).
- LACAZE, Jean-Paul. Os métodos do urbanismo. Campinas: Papirus, 1992.
- LIMOEIRO, Miriam. 1977. Ideologia do desenvolvimento/Brasil: JK-JQ. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MACHADO, Thiago Ramos. 2011. O poder do atraso na produção do espaço urbano: o caso de Palmas, Tocantins. 237f. Tese (Doutorado em Geografia), Departamento de Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- MARICATO, Ermínia. Brasil, cidades. Alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MUMFORD, Lewis. La cultura de las ciudades. Buenos Aires: Emecé, 3 vol., 1945.
- _____. A cidade na história: suas origens, desenvolvimento e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- PESAVENTO, Sandra Jatthy. Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. Cadernos do LEPAARQ, Pelotas, v. 2, n. 4, p. 9-17, 2005.
- REZENDE, Vera. Planos e regulação urbanística: a dimensão normativa das intervenções na cidade do Rio de Janeiro. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi (Org.). Cidade: história e desafios. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- RICOEUR, Paul. L'écriture de l'histoire et la représentation du passé. Annales, 55 année, (4), p. 731-749, juillet/aôut 2000.
- SECCHI, Bernardo. Primeira lição de urbanismo. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- SEGAWA, Hugo. Palmas, cidade nova, ou apenas uma nova cidade? Revista Projeto. São Paulo, n. 146, out. 1991.
- TEIXEIRA, Luiz Fernando Cruvinel. A formação de Palmas. Revista da UFG. Goiânia, v. 11, n. 6, p. 91-99, jun. 2009.
- TRINDADE, Dirceu. Challenges for new town design in a frontier region: Palmas. In: SIMBIEDA, Willian; DEL RIO, Vicente (Org.). Contemporary urbanism in Brazil: beyond Brasilia. Miami: University Press of Florida, 2009, p. 65-81.
- VELASQUES, Ana Beatriz Araujo. 2010. A concepção de Palmas (1989) e sua condição moderna. 245f. Tese (Doutorado em Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.